

O ANTICOMUNISMO NO BRASIL

The anticomunism in Brazil

Marcos Gonçalves*

SILVA, C. L. *Onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

Ao longo do século XX, em períodos de crise ou em momentos de suspeitável estabilidade social, as representações produzidas no Brasil e centradas no anticomunismo ocupam uma posição destacada. Trabalhos de (MARIANI, 1998), no campo da Análise de Discurso; (RODEGHERO, 1998a, 2002b), abordando o anticomunismo de matriz católica e sua recepção no Rio Grande do Sul entre 1945 e 1964; e (MOTTA, 2002), que trata o fenômeno inserido num processo de longevidade temporal, demonstram a emergência e a atualidade da temática. O estudo desenvolvido por Carla Luciana Silva se associa a essa recente produção acadêmica, capaz de viabilizar perspectivas para a nossa historiografia política, bem como ampliar o terreno das problemáticas que incidem sobre objeto de significativa complexidade.

Resultado de Dissertação de Mestrado defendida pela autora na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em 1998, *Onda Vermelha* propõe-se a compreender e evidenciar as campanhas anticomunistas empreendidas no Brasil entre 1931 e 1934. A reflexão se coloca contrariamente às interpretações que balizam a gênese do anticomunismo brasileiro, tendo como marco fundador, a “intentona” de novembro de 1935.

Segundo Carla, a construção do imaginário anticomunista não se processou a partir daquele evento, e sim, através de práticas aperfeiçoadas ao longo do tempo, devidamente reforçadas por referentes comunicados no período analisado em seu trabalho:

Essa discussão nos obriga a não aceitar as discussões que dizem que somente em 1935 estava configurado no Brasil um inimigo porque houve a chamada Intentona Comunista, quando o perigo se tornaria

* Mestrando em História - Universidade Federal do Paraná.

real de fato em novembro de 1935. Tentamos chamar a atenção justamente para o fato de essa construção do comunista como inimigo da nação e todas as suas decorrências deve ser buscada não apenas em 1935, deve ser estudada como um processo histórico. (p. 35)

O texto estruturou-se em seis capítulos que examinam o posicionamento de diversos grupos de interesse, preocupados em combater sistematicamente o iminente perigo representado pelo comunismo. O corpo documental que sustenta a argumentação da autora é diversificado. O estudo privilegia fontes jornalísticas, folhetos, obras de referências escritas por jornalistas, clérigos, diplomatas brasileiros e estrangeiros, além de curiosos que visitavam a URSS e transformavam a experiência da viagem em publicação de relatos que, ao mesmo tempo, aproveitavam a expansão do mercado editorial brasileiro nos anos 1930, e procuravam dar conta da realidade e do cotidiano na república dos *sovietes*.

Apropriando-se da noção de inimigo objetivo, presente nos estudos de Hannah Arendt sobre o totalitarismo, a autora tece a idéia de autopolicimento social. Esse elemento tendia a subsidiar estratégias que visavam desencavar inimigos e caçar oponentes. Reitera a autora que o processo de invenção do inimigo não pressupõe a sua visualização concreta, porque a referência pode ser abstrata e a-histórica, como algo que ocorreu em algum lugar do mundo e pode se repetir na própria comunidade. Criado esse inimigo objetivo, ele permitiria a unidade política entre aqueles que não teriam, em tese, possibilidades de se unirem.

Situar historicamente o fenômeno do anticomunismo, partindo do contexto mundial, é uma das propostas do primeiro capítulo (*Anticomunismo brasileiro: conceito e historiografia*, p. 23-50). Além de operar uma avaliação crítica à historiografia que supervaloriza o anticomunismo como um dado presente a partir de 1935, a autora enquadra na discussão o colapso da liberal democracia e a visão de um mundo entre extremos, onde somente havia lugar para as demandas autoritárias e totalitárias. O anticomunismo é analisado como pretexto para o recrudescimento do projeto político das elites nacionais no caminho do autoritarismo, e a “reação” anticomunista é percebida não apenas em situações de instabilidade social, mas em períodos que coincidem, sobretudo, com a normalidade constitucional e a legitimidade política, através do funcionamento da Assembléia Constituinte de 1933.

A abordagem do comunismo como criação artificial, e o papel dos formadores de opinião enquanto redefinidores de novas mentalidades são os temas que abrem o segundo capítulo (*A definição do comunismo como uma*

grande ilusão, p. 51-85). Nesse contexto, a ilusão comunista provinha dos “erros” cometidos pela experiência soviética, especialmente nos pressupostos que comportavam o caráter materialista daquele sistema político. A lógica da ilusão comunista, na perspectiva dos anticomunistas, combinava verdades e mentiras. Em que pese a percepção da verdade sobre as graves questões sociais a resolver, o comunismo se opunha fundamentalmente ao cristianismo, negava a idéia de Deus, e, baseando-se unicamente no pecado, era um sistema inaplicável à sociedade brasileira. Cabia aos intelectuais, no âmbito de uma sociedade em mutação, e atingida pela crise dos valores liberais, o esforço em transformar costumes, construir a nacionalidade e intervir no processo de decisão política. Esse papel seria desempenhado pelos liames entre ação e pensamento, com ênfase no princípio da autoridade, visto como garantia para que as instituições não derivassem à dispersão, à anarquia e, fatalmente, ao comunismo.

O debate alcançaria os *Anais da Constituinte de 1933*, espaço em que eram refletidas as inquietações acerca do avanço do comunismo. Resoluções como a retenção dos brasileiros ao solo apareciam como proposta, e tinham como significado a proteção contra idéias subversivas disseminadas pelos “excessos de urbanismo” presentes nos processos de industrialização.

Um outro aspecto enfocado pela autora é uma possível relação existente entre as campanhas anticomunistas da Igreja Católica e da AIB – Ação Integralista Brasileira (*Os anticomunismos da Igreja e da AIB*, p. 87-117). Junto às camadas populares, foram essas duas instituições que “colocaram o anticomunismo como embasamento de sua ação” (p. 87). Embora a Igreja Católica evitasse uma identificação direta com o integralismo, é notório que certos instrumentos de doutrinação anticomunista de ambas as entidades apresentavam uma estreita conexão. A atuação multidirecionada da Igreja era traduzida pela criação de organismos que expressavam alternativas para a questão social (*Revista A Ordem*, dirigida aos intelectuais, Círculos Operários e formação da LEC – Liga Eleitoral Católica). Por outro lado, essas alternativas encontravam alguma ressonância na AIB, organismo catalisador de posições autoritárias que vinham sendo assumidas de formas esparsas por outras organizações, pensadores e políticos. Tendo em vista a ampla repercussão alcançada pelas propostas integralistas, e a presença influente da Igreja Católica, é lícito admitir, conforme a autora, a adesão de grupos sociais aos imaginários anticomunistas produzidos pelas duas organizações. Tais imaginários estavam orientados pelas crenças clássicas acerca do anticomunismo: predominância dos valores religiosos, denúncia de uma aliança espúria entre o comunismo e os outros inimigos do catolicismo (maçonaria, judaísmo, espiritismo, protestantismo),

defesa de ações assistencialistas, harmonização entre capital e trabalho, defesa da ordem e recusa de qualquer ruptura institucional.

A autora enfatiza o discurso anticomunista na perspectiva do seu referente de maior envergadura: o comunismo soviético. Nessa ótica, implicava para os anticomunistas discutir uma proposta política inversa e subvertedora do ideário cristão-ocidental (*União das Repúblicas Socialistas Soviéticas*: a “onda vermelha” sustentando a ilusão no comunismo, p. 119-173). Desse modo, o estudo passa em revista numerosa literatura sobre a Rússia. Despertar o interesse na revolução de 1917 significava conhecer o inimigo para melhor combatê-lo. Apreender a sociedade soviética seria fornecer um relato sem retiques e imparcial da realidade comunista. Os observadores do cotidiano soviético consideravam um inestimável serviço e valiosa contribuição ao mundo ocidental alertar quanto aos horrores do comunismo configurados por uma política dissoluta. Dentre esses analistas, sobressaía Vicente Rao, futuro Ministro da Justiça de Vargas envolvido numa análise das leis soviéticas relacionadas à família. Nesse ponto, Carla alega que o “estudo certamente contribuiu para a sua base teórica sobre a amplitude do perigo comunista que o levou a ser o relator da Lei de Segurança Nacional em 1935” (p. 126).

Aduzindo que os recursos discursivos utilizados pelos jornais na criação dos imaginários sobre o comunismo eram, via de regra, os mesmos, a autora acentua, embora sem mencionar, o argumento de BACZKO (1985) sobre o escasso repertório de símbolos que permeia os imaginários sociais (*O perigo comunista e o espírito brasileiro*: semelhantes constatações e respostas vindas de projetos diferentes, p. 175-202). A questão colocada está no reconhecimento das especificidades do discurso. O diferencial estabelecido era dado pelas alternativas apontadas em face dos problemas concretos originados pelo comunismo. Os projetos editoriais iam desde a reivindicação para elaboração de leis sociais, passando pelo estímulo de práticas assistencialistas e caritativas, até a restrição de autonomia de classe para os trabalhadores e a defesa de “um governo fascista” (p. 175). Assim, pensar na elevação moral e material do operário não correspondia a inserí-lo como sujeito portador de representatividade política. Considerava-se, portanto, que o operário era, por índole, avesso ao comunismo, e de outro modo, efetivava-se uma ação direcionada a destituí-lo de vontade política.

Ao explicitar certos parâmetros que indicavam a invasão da “onda vermelha” na América do Sul, Carla reúne uma seleção de artigos que demonstravam a preocupação com a possibilidade da organização internacional que estaria se efetivando nos países vizinhos ao Brasil: O ‘perigo comunista’ nas

ruas, nos lares, nas igrejas(...)” (p. 203-229). Em vista do perigo disseminado, quais seriam os atores sociais forjados como inimigos internos e responsáveis pela importação de doutrina tão exótica? A suspeita recaía sobre todos que demonstrassem qualquer simpatia ao regime soviético e todos que se aproximassem de elementos estrangeiros indesejáveis, estes últimos, representados como inimigos potenciais. Sistematizar a repressão policial se configurava como alternativa viável, tanto para inibir os conflitos entre comunistas e integralistas, quanto para impedir que o comunismo avançasse no interior do organismo social e, especialmente, obstruir qualquer tentativa de dissensão entre as classes.

O mérito do trabalho de Carla Luciana Silva está em questionar um discurso recorrente na historiografia, sobre a gênese do anticomunismo brasileiro. Nesse entendimento, a disseminação do anticomunismo, através dos imaginários sociais, é uma construção que precede novembro de 1935, identificada por vasta produção cultural, e congregando a organização de vários grupos que elaboraram projetos diversos para sistematizar o combate ao “inimigo” da ordem. No entanto, devemos ter claro que a força dessa argumentação não esvazia um evento que marcou decisivamente a história política do país, pois, a partir dele, o anticomunismo brasileiro se revestiu de formas institucionais e capitalizou socialmente maior eficácia.

Um conjunto de temas inquietantes e relacionados à questão social poderia ser aprofundado no desenvolvimento do texto. Constituindo-se em dilema a ser enfrentado pelo país, a “questão social” reunia discussões em torno da harmonização entre capital e trabalho, dos procedimentos que conjugassem liberdade individual e interesse coletivo, e da suavização da situação precária dos trabalhadores. O debate efetuado pelo Estado e pelas elites sobre a concessão de um mínimo social para os trabalhadores apontava, no limite, para o apagamento dos conflitos e para a legitimação das reciprocidades entre Estado, trabalhadores e setor empresarial. Assim, notamos a ausência de uma reflexão que incorporasse os impactos da amplificação do direito do trabalho, engendrado, coincidentemente, no período investigado pela autora. Ao tratar da questão social, Carla se restringe a analisar aspectos de caridade pública e assistencialismo, pondo de lado o peso considerável do complexo jurídico trabalhista construído no biênio 1932-34.